A CULTURA NA POLITICA?   
A cultura influência mais em nossas vidas do que realmente sabemos.  
A ECONÔMIA DA CULTURA – FRANÇOISE BENHAMOU  
CAP.: V – AS POLITICAS CULTURAIS

Andressa Schardosin Godinho – 2M

Françoise Benhamou é uma economista, professora e escritora francesa, considerada atualmente uma das principais referências para a economia da cultura no mundo e no Brasil. Benhamou já publicou diversos livros na França, entre eles “Economia da Cultura” (publicado em 2003) que chegou ao Brasil somente no ano de 2007.

O quinto capitulo do livro fala sobre as políticas culturais. Já em suas primeiras linhas ele relata a tradição que a França tinha em interferir na atividade econômica durante a época em que Jack Lang foi o encarregado da política cultural, o que gerou critica na época, fazendo com que as pessoas se questionassem sobre um todo-cultural. O primeiro parágrafo mostra que até mesmo na década de oitenta a década de noventa já era discutido o modo em que o governo administrava a cultura e a renda que vinha deste.

O capítulo do livro “A economia da cultura” é subdivido em três etapas. A primeira delas (titulada como “Os fundamentos econômicos das políticas culturais”) baseia-se na ideia de que os gastos públicos produzem um efeito multiplicador sobre a atividade econômica. Todas as pessoas devem ter o direito de desfrutar dos patrimônios culturais conservados e enriquecidos, e para garantir que esta geração e a as futuras possam desfrutar disso é preciso de uma intervenção pública para que esta delimite regras e faça a manutenção do ambiente. Por isso, também existe um pagamento fixo para todos os ambientes de mesma franquia, fazendo com que diminua o confronto entre a oferta e a procura, e estes continuem com o seu “valor”. Em um dos primeiros conceitos desta etapa o autor dá ênfase a afirmação de Scitovsky, que diz que o único argumento que pode justificar a ajuda pública é a de que esta educa a estética dos homens e com isso eles tendem a garantir um maior bem-estar. Benhamou ressalta várias vezes neste capitulo que ambientes culturais e históricos possuem tanto valor educativo quanto são capazes de enriquecer e fazer a glória não só da localidade, mas a de todo o país, e isto acaba atraindo não só os moradores, mas turistas de vários lugares, ou seja, o autor afirma nesta etapa que gastar com a cultura resulta em benefícios para a vida econômica.

Outros pontos de vista são colocados em questionamento na segunda etapa (titulada como “Formas de política cultural”). O título em si já diz tudo, o autor põe em questionamento a forma em que os países lidam com a política cultural. Os Estados Unidos podem ser atualmente o pais com a maior economia do mundo, mas em relação a cultura, é o pais ocidental menos propenso a oferecer ajuda pública, o que de certa forma chega a ser irônico visando a quantidade de músicas, filmes e livros que são produzidos por estadunidenses e que chegam a fazer sucesso em outros países.

Os países administram a ajuda pública de formas distintas, mas com o posicionamento de alguns economistas podemos afirmar que todos os países apreciam e defendem os direitos autorais e a originalidade de obras de arte, livros entre outros mecanismos de cultura que são produzidos em seus pais, ou por pessoas com origem dos mesmos. Outro fato que dá ênfase a esta afirmação são as políticas de regulamentação na França que disciplinam o sistema de preços ou o jogo da concorrência, de modo que os estabelecimentos continuem com os seus valores preservados, um exemplo muito citado no capitulo é a dos livros, o escritor tem total direito autoral sobre ele, e o mesmo é quem deve estabelecer um preço para o mercado, priorizando obras de grande publicidade e que estimulem os consumidores a obter mais bens. Outros países com o objetivo de preservar e proteger as suas criações impuseram cotas aos seus canais de televisão, assim como rádios, entre outros meios de comunicação que servem como passaporte para o marketing dos mais diversos produtos considerados como bens culturais. Como conclusão desta etapa visa-se que a proteção do patrimônio passa por uma série de deduções e regras políticas que garantem ao proprietário manter seus bens.

Na última etapa deste capitulo (titulada como “Críticas às políticas culturais”) o autor volta a abordar assuntos colocados em questionamento nas etapas anteriores, como as rendas e o excesso de proteção impostas pelo governo, mas de um ponto de vista diferente, ele se questiona a respeito de que modo a rigidez destas leis podem trazer aspectos negativos também. Um exemplo citado é o de que a proibição de exportar obras tombadas desvaloriza-as no mercado e faz com que o comprador pague um preço inferior ao que ele pagaria no livre jogo da concorrência. Mas outros fatores também são levantados, como o sistema de cotas e os imensos gastos em obras que muitas vezes não são aceitas pelo público. Como posicionamento final o autor afirma que o excesso de regras e proteções, sem dúvida, enfraquece o vigor do mercado, do mesmo modo em que possibilitam a proteção do patrimônio nacional.

Após uma leitura densa, e que exigiu muita atenção e esforço, consegui perceber que a cultura traz sim benefícios para a economia, e que o governo tem um grande papel para assegurar que estas sejam administradas corretamente. Para finalizar, gostaria de trazer uma questão no livro que me chamou muito a atenção, e que acredito que as pessoas deveriam pensar a respeito: **“será que os que criticam o poder público, fustigando o falso brilho das políticas culturais, não estariam sendo sensíveis apenas a seus ruídos, esquecendo os efeitos positivos da presença do governo, por menores que sejam?”**